

Correção por parte do magistrado titular da Vara.

Apontamentos registrados em cada uma das correções.

QUESTÃO 1 (1,0) - Nota atribuída para a resposta apresentada:

QUESTÃO 2 (2,0) - Nota atribuída para a resposta apresentada:

QUESTÃO 3 (2,0) - Nota atribuída para a resposta apresentada:

QUESTÃO 4 (2,0) - Nota atribuída para a resposta apresentada:

QUESTÃO 5 (3,0) - Nota atribuída para a resposta apresentada:

Acima, indicações das questões e notas máximas para cada uma delas, com campo para as notas atribuídas para as respostas apresentadas por cada candidato(a).

Abaixo, registros, em termos gerais, da ideia de conteúdo das respostas esperadas pelo examinador para os questionamentos elaborados, inclusive levando em conta a necessidade de fundamentação estabelecida no enunciado inicial. Referências adotadas para a correção.

QUESTÃO 1

A ação tanto pode ser proposta no domicílio do autor como no da ré. Aplica-se sim o CDC ao caso, o que, aliás, justifica a possibilidade de propositura da ação no domicílio do autor, com vistas à “facilitação da defesa de seus direitos”.

QUESTÃO 2

Sim. Poderia ser razoavelmente considerada, ao menos, tutela provisória de urgência determinando a transferência do Carro 1 para o nome da empresa ré. O caso sugere que estariam presentes os respectivos requisitos legais. A probabilidade do direito arguido pelo autor estaria evidenciada (pelo contrato e prováveis outros documentos) e o “perigo de dano” estaria consubstanciado na possibilidade de maiores injustos prejuízos serem acarretados ao demandante, consistentes, especialmente, em possíveis novas responsabilidades patrimoniais (impostos, multas de trânsito e outros), registros de outros ‘pontos’ na carteira de habilitação, sem falar em eventuais pretensões de responsabilização que poderiam surgir, em caso de envolvimento do veículo em prática criminosa ou acidente de trânsito.

QUESTÃO 3

Não. O descumprimento parcial da obrigação por parte da ré não serve de fundamento para a rescisão do contrato de financiamento firmado junto ao Banco, o qual, de acordo com os termos da questão, presume-se ter sido validamente celebrado. A obrigação assumida pelo autor perante o Banco é autônoma, não sendo identificado/presumido qualquer vício no respectivo negócio jurídico.

QUESTÃO 4

Sim, seria lícito que o autor pedisse que a empresa ‘Super Carros’ fosse condenada a transferir para o seu nome o Carro 1. O autor não possui relação jurídica com Márcio, terceira pessoa. A obrigação de transferência cabe à ré, podendo esta, na sequência, providenciar ou, se for necessário, pleitear (em ação autônoma) que o terceiro registre o veículo em seu nome. Não se cogita, portanto, que a obrigação de transferência caberia “tão somente” a Márcio.

QUESTÃO 5

Sim, possível a condenação a indenização por danos morais. Os transtornos e dissabores experimentados pelo autor excedem aqueles que razoavelmente poderiam ser considerados ‘normais’. Neste sentido, vale destacar as multas de trânsito lançadas e suas consequências (ao demandante), tanto de natureza patrimonial (valor das penalidades), quanto relativamente aos “pontos” em sua carteira de habilitação.

OBS. Fundamentos apresentados pelo candidato apreciados no seu todo.